



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

Centro de Ciências da Saúde
Bacharelado em Psicologia

LARISSA PEREIRA LEAL

O olhar do outro no meu olhar: racismo e formação da identidade de crianças negras.

Santo Antônio de Jesus - Ba

2022

LARISSA PEREIRA LEAL

O olhar do outro no meu olhar: racismo e formação da identidade de crianças negras.

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, elaborado de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas(ABNT). Apresentado para banca de defesa como requisito para obtenção de título de Bacharela em Psicologia, no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB.

**Orientadora: Prof. Dra. Ana Lúcia Barreto
Fonseca**

Santo Antônio de Jesus - Ba

2022

O olhar do outro no meu olhar: racismo e formação da identidade de crianças negras.

Larissa Pereira Leal¹

Ana Lúcia Barreto Fonseca²

RESUMO

Este estudo tem por objetivo refletir sobre a influência do racismo na formação da identidade da criança negra, aqui, especificamente, da criança preta. Essa temática toma corpo diante das muitas matérias jornalísticas denunciando ações de violência cotidiana dirigidas às pessoas negras. Esse é um trabalho com foco em dados bibliográficos, em que se envereda pela literatura que atravessa os temas: construção da identidade; construção histórico-social do racismo, em destaque o racismo estrutural, a formação da identidade infantil e a identidade da criança negra. Nesse contexto, foi destacado que o processo histórico e cultural definiu uma identidade negra aversiva aos indivíduos, os sujeitos compuseram seu arsenal comportamental com contingências que legitimam a raça dominante, branca, eurocêntrica e masculina. Tomando por base uma identidade que passa por processos que buscam aproximação da identidade grupal e individual que enalteçam as características fenotípicas e culturais dos homens brancos, visando um distanciamento constante de tudo que aproxime da origem negra, num processo de manutenção dos padrões de respostas reconhecidos pela ideologia dominante, desde as manifestações culturais, religiosas, a depreciação do fenótipo do povo negro. O reconstruir e recuperar a identidade racial do povo negro, sua origem histórica e cultural passa a ser a constituição do resgate da identidade negra, como um processo de resistência.

Palavras-chave: identidade; racismo; crianças negras.

ABSTRACT

This study aims to reflect on the influence of racism in the construction of the identity of the black child, here, specifically, of the black child. This theme takes shape in the face of many journalistic articles denouncing actions of daily violence directed at black people. This is a work focused on bibliographic data, in which it embarks on the literature that crosses the themes in focus, such as;

¹ Graduada em Bacharelado Interdisciplinar em Saúde pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Graduada em Bacharelado em Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; lari19pereira@gmail.com; (75)988228043; Santo Antônio de Jesus - Ba, Alto Sobradinho, 353.

² Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia, e Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador. Mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Email: analbfonseca@ufrb.edu.br, (75) 98855.6408. Alameda de Pádua, 225/802 – Pituba – Salvador/BA.

identity construction; historical-social construction of racism, highlighting structural racism, the formation of children's identity and the identity of the black child. In this context, it was highlighted that the historical and cultural process defined an aversive black identity to individuals, the subjects composed their behavioral arsenal with contingencies that legitimize the dominant, white, Eurocentric and male race. Based on an identity that goes through processes that seek to approach the group and individual identity that enhance the phenotypic and cultural characteristics of white men, aiming at a constant distance from everything that approaches the black origin, in a process of maintaining the patterns of responses recognized by the dominant ideology, from cultural and religious manifestations, to the depreciation of the phenotype of black people. The rebuilding of black identity, its historical and cultural origin, becomes the constitution of the rescue of black identity, which became a process of resistance.

Keywords: identity; racism; black children.

Introdução

Uma sociedade está completamente envolvida por padrões sócio culturais construídos ao longo da sua história, aspectos que definem os comportamentos dirigidos por normas e valores, não somente as coisas, as crenças, como, e, principalmente, as relações entre os seus integrantes. Nesse contexto são definidos, desde os espaços geográficos, econômicos, até mesmo os políticos, o que institui como cada um deve agir, relacionar-se e até mesmo pensar sobre si mesmo e sobre o outro (JUNIOR; PERUCELLI, 2019).

Esses padrões podem ser definidos a partir de vários fatores, desde o gênero, origem étnica, religião, classe social e educacional, e, especialmente, a raça. Fatores esses que têm gerado, ao longo da história humana, situações de domínio e poder, situações de exploração e exclusão social, econômica e educacional, fatos que têm promovido condições extremamente precárias de vida a diversos grupos sociais e privilégios a uma minoria.

Nessa cultura de exclusão e discriminação do povo negro os padrões se perpetuam e vão sendo reproduzidos em seus descendentes, permeados de valores e crenças sobre si mesmo e o outro, sejam brancos ou pretos, e seus lugares no mundo, em especial, no mundo de privilegiados e despossuídos. Essas relações tocam os sujeitos desde mais tenra idade e vai atravessando sua forma de estar nas suas relações, desde seu corpo, sua cor, sua origem, sua comunidade, até sua identidade. Aspectos esses que perpassam por vivências cotidianas na família, na escola, na comunidade, na sociedade, na mídia, em expressão das relações entre os segmentos sociais e raciais.

Esse trabalho se propõe a analisar os fatores que compõem o processo de construção da identidade do ser negro/o, buscando identificar os principais aspectos que podem promover o comportamento das crianças a partir das práticas racistas, seja como vítima, seja como agressor. Isso porque o comportamento é aprendido nos mais diversos espaços sociais, especialmente na família, na escola, na comunidade e se torna um processo um elemento constitutivo da identidade, de definição das referências da imagem de si mesmo e do outro.

Ainda mais que, o racismo, em suas mais variadas expressões, não é expresso direta e a todos de modo linear, são ações atravessadas em várias nuances, perpassando por aspectos fenotípicos por gradações das etnias originárias, como também do processo de miscigenação da sociedade brasileira. Assim, a depender do fenótipo; do/a pardo/a claro/a ao/a preto/a retinto/a, todo/as são negro/as, contudo, são atravessado/as pelo racismo de diferentes formas e intensidade. As contingências que compõem o que é definido pelo racismo estrutural, que decorre de um processo sócio histórico complexo e desafiador em uma sociedade marcada historicamente por práticas racistas, com padrões de respostas que se mesclam tanto quanto as tonalidades da pele.

A história constrói o racismo

A história do Brasil foi marcada pela colonização baseada no regime escravocrata, com vestígios dessa relação de trabalho até os dias de hoje. Essa conjuntura deixou uma herança para a sociedade brasileira: o racismo. Falar do racismo e da população negra exige muita responsabilidade e respeito com a história de vida dessas pessoas, por isso se faz necessário conhecer para compreender como se deu o processo histórico e as especificidades do racismo na sociedade brasileira.

Essa formação histórica, focada no triângulo; colonização, escravidão e autoritarismo, dividia a sociedade em dois espaços, o dos senhores (branco europeu) e o dos escravos (negros e indígenas), definindo direitos e privilégios aos brancos e exploração e castigos aos escravos. Para que essa relação fosse sedimentada no imaginário social, foram construídas crenças e valores dirigidos a esses seres, fortalecidas por preceitos religiosos basilares do período feudal do cristianismo – a ausência de alma àqueles que cultuassem deuses que não fossem reconhecidos por Roma, ter a pele escura foi estabelecido como “ser inferior, ser incapaz, equivalente aos animais”. Todo esse cenário construiu uma relação de distanciamento dos direitos dos escravizados, e a incorporação de teorias raciais, supostamente científica, que atestavam a inferioridade do/as negro/as, a degenerescência do mestiço, o ideal do branqueamento, a primitividade da cultura negra, definindo a exclusão e discriminação, o racismo (GOMES, 2011).

O racismo surge nos séculos XVI e XVII a partir do processo de sequestro de pessoas de países africanos e ao defini-las como “objetos” e/ou “animais”. A escravidão, até então, havia sido praticada entre grupos decorrente de conflitos políticos e domínio de território, eram domínios étnicos, sem relação com a raça ou cor da pele. Com a expansão marítima, os europeus chegaram à América e África e, para a exploração das terras “além mar”, passam a necessitar de mão de obra e veem nas práticas escravagistas dos grupos rivais africanos uma estratégia de obter a mão de obra. O africano escravizado passa a ser objeto - máquina de trabalho e produto mercantil de grande valor - desprovido da condição humana e, como tal, tratado sem a menor preocupação com condições de saúde e sobrevivência, desde seu transporte da África até o seu uso intensivo na exploração colonial. O africano escravizado tinha uma única função: servir aos seus senhores, sendo vítimas de diversas práticas de violência à mercê dos seus “proprietários” (CHIAVENATTO, 1980).

Após intensa pressão política, de grupos abolicionistas dentro e fora do Brasil, em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, é definida a extinção da escravidão. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, Cuba (1866), Estados Unidos (1865), Equador, Colômbia e Venezuela (1821) e Haiti (1804). Esse cenário inaugurou o Estado republicano e o trabalho livre assalariado (SANTOS, 2009). Porém, a abolição da escravatura não tornou os povos negros sujeitos de direito, numa sociedade fortemente marcada por crenças e valores racistas, excludente e discriminatória, a população negra é excluída, desvalorizada e abandonada.

Quando vem, a partir da segunda metade do século XIX até meados do século XX, mais precisamente a década de 1930, as teorias racistas da Europa em crise, encontra terreno fértil na sociedade brasileira com as teorias que defendiam a supremacia da raça branca – Raça Ariana, fato que respaldou as duas grandes guerras mundiais do século XX, foram fatores propulsores da permanência e fortalecimento do racismo no Brasil (TELLES, 2003). Superados os conflitos mundiais, passou-se a ser definidos muitos direitos para a garantia da paz entre os povos. No Brasil, influenciado por esses movimentos pelo mundo, em 3 de julho de 1951, foi aprovada a *Lei 1.390*, que tornava contravenção penal a discriminação racial, a Lei Afonso Arinos, autor do projeto.

Com uma sociedade altamente miscigenada, e com alguns poucos negros ascendendo nos diversos estratos sociais e econômicos é o palco para apresentar a imagem dentro e fora do país de uma sociedade modelo de “democracia racial”, ou seja, sem racismo, com igualdade de direitos para todos. Esse ideário de democracia racial, tratada como mito, foi sedimentada na percepção da miscigenação como entre as várias raças que povoaram o Brasil e geraram os mais variados fenótipos, entre esses o “pardo”, tido como processo de embranquecimento da população brasileira, com a ideia de “melhorar” a população brasileira a partir do processo de mestiçagem (PINTO; FERREIRA, 2014). Segundo Wedderburn, (2007) o mito da democracia racial em uma sociedade

fundamentalmente racializada, como são todas as sociedades, a subestimação e a trivialização do racismo procedem de uma necessidade puramente ideológica. Procedendo também do intento do segmento dominante de deslegitimar as crescentes lutas reivindicatórias das populações-alvo do racismo. Nesse contexto há sujeitos em processo de desenvolvimento e definindo seus espaços sociais, definindo sua identidade grupal e individual.

E quem é o pardo?!!

Importante destacar que o Brasil é um país que possui uma população bastante miscigenada e em virtude disso, embalado no racismo, surgiram várias categorias de cor/raça, o que gerou construções de identidade com vistas as pessoas se distanciarem da origem negra, e se auto declararem a partir das categorias que intercalam o branco e o preto, constituindo o país dos “pardos” (DEGLER, 1971 apud PORTO et al., 2016). A polarização hierárquica entre brancos e negros são a principal marca da racialização brasileira, como reforço ao branqueamento que retira o peso negativo e o desvalor do negro na sociedade, promovendo o surgimento de muitas denominações raciais intermediárias, como mulato, moreno e jambo.(SCHOLZ et al, 2014).

Estudos sobre autodeclaração e identificação racial, mostram que a maioria dos pardos, e uma grande parte dos pretos, não se identificam como negros. Esta categoria racial, o pardo, denominados morenos, descendentes miscigenados do africano e europeu, dilui a força dos fatores depreciativos à raça negra, e institui um novo espaço. Ainda hoje, apesar dos diversos movimentos sociais de resgate da identidade negra, muitos resistem a se auto declarem negros, e assim sentem-se menos ameaçados, em intensidade e frequência, pelo racismo, fato que deve ter atravessado a formação da sua imagem/identidade de raça desde tenra idade. Essa intensidade e frequência é quanto menor e menos ameaçadora quanto mais os traços fenotípicos se aproximam dos brancos, e inversamente proporcional quanto mais preto é o fenótipo. Assim, os mais “claros” negros possivelmente, vivenciarão menos situações de racismo, ou elas são mais veladas e sutis que os negros mais escuros.

Porto (2016) cita, a partir de Degler (1971), a existência de uma “saída de emergência” para o pardo, que seria um conjunto de oportunidades de diferenciação e da fuga da classificação como negro. Em termos conceituais, a “saída de emergência” refere-se à noção de que, por meio de ascensão no status social ou do branqueamento intergeracional, os indivíduos pardos passam a gozar de certos benefícios que não seriam estendidos aos pretos. Há estudos que identificam esses benefícios aos pardos e as vivências de racismo menos severas:

Nossos dados parecem indicar a existência de um padrão de sociabilidade em que há vivência de discriminação, com incidência mais severa para pretos do que pardos. Os mesmos resultados também apontam certa porosidade dos grupos socioeconômicos em posição mais privilegiada àqueles poucos pardos que conquistam posições sociais mais altas – uma deferência que não se costuma fazer aos pretos. Ao aceitar eventualmente em seu seio aqueles indivíduos de cor de pele mais clara, a elite branca se resguarda das tentativas de dessegregação feitas pelos não brancos, selecionando indivíduos mais “aptos” a serem assimilados conforme os seus próprios critérios de branquidade (DAFLON; CARVALHES; JUNIOR, 2017, p.323).

Em uma pesquisa sobre o percurso acadêmico de mulheres negras, Vieira e Nascimento (2020) explicitaram a dificuldade em abordar os sujeitos da sua pesquisa; mulheres pretas, em que descrevem “o constrangimento de algumas mulheres ao serem questionadas sobre a sua identificação racial [...]” (p.101-102). O que as autoras sugerem o distanciamento a identidade preta como resposta de evitação de serem “alvos de discriminação e preconceito”.

Esses dados mostram que, quando se trata de identidade racial no Brasil, ela perpassa por um olhar monocromático, possivelmente alimentado pelo mito da democracia racial, sendo evidente o quanto nossas estruturas sociais — como retratado anteriormente pelo racismo estrutural —, seja na mídia, na religião, na política, ou na escola, intensificam através de uma padronização de pensamento de uma falsa identidade, seja do indivíduo ou do coletivo do povo brasileiro. Isso porque o indivíduo nasce em um contexto histórico, em uma cultura, inserido em uma sociedade específica, corroborando assim, para seus primeiros espaços de socialização e construção de sua identidade. Contudo, com o seu processo relacional (indivíduo/sociedade ou indivíduo/cultura), o mesmo passa a encontrar diferentes identidades, diferentes olhares nos espaços de convivência, de culturas, e principalmente diversas formas de lutas originando assim, outras oportunidades de remodelar sua identidade (JUNIOR; PERUCELLI, 2019).

No Brasil, França e Monteiro (2002) realizaram um estudo sobre os efeitos da cor da pele sobre a identidade e preferência raciais em crianças de 5 a 10 anos. Os estudiosos utilizaram como material de estímulo fotografias de crianças, que foram confeccionadas de modo a considerar diferenças de idade, cor da pele e sexo das crianças. As crianças eram entrevistadas individualmente quanto à categorização, autocategorização racial, preferência racial e avaliação emocional da pertença.

Como principais resultados dessa pesquisa, observou-se que 60% das crianças pretas e 40% das crianças pardas apresentaram uma tendência para o branqueamento quando diante da autocategorização e que as crianças brancas foram as que mais se demonstraram satisfeitas com a sua pertença quando perguntadas sobre o quanto gostam de ser como são (resultado inverso na pergunta sobre o quanto gostariam de ser diferentes), ou seja, as crianças pretas queriam ser mais diferentes que as brancas e as pardas.

Aqui é possível refletir como o racismo pode influenciar a construção da identidade da pessoa negra, mas especificamente, da criança preta como resultado de um processo histórico cultural que atravessa o tempo, mantendo e reproduzindo formas de existir e constituir-se a partir dos vários tons de pele. Torna-se imprescindível passear pela história da colonização brasileira com a força de trabalho focado na escravidão de povos africanos e seus descendentes.

E o racismo existe?!

Racismo é um fenômeno eminentemente não conceitual; ele deriva de fatos históricos concretos ligados a conflitos reais ocorridos na História dos povos. O racismo é o conjunto de teorias, crenças e práticas que estabelecem uma hierarquia entre as raças. (BRASIL, 2006). Raça não é um termo fixo, estático. O significado deste termo está relacionado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico (NETO,2019).

O Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM/MS nº 992/2009, trata o racismo como um determinante social em saúde que coloca a população negra em condições de vulnerabilidade em saúde (BRASIL, 2009). Esta Portaria se refere a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e tem como objetivo o reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais e condições de saúde.

De acordo com Silva (2001), o racismo é uma expressão ampla que abrange, além do preconceito, hostilidade, discriminação, segregação e outras ações negativas manifestadas em relação a um grupo racial/étnico. O racismo é uma prática difundida diariamente. Ele é onipresente e forte. Segundo Munanga (2005), o termo racismo, vem de uma concepção de crença de raça, ou seja, o corpo biológico determina as características intelectuais, morais e psíquicas. Por ser uma construção social, há particularidades na forma como o racismo opera nos diferentes lugares. Estereótipos, preconceitos e discriminações são os principais elementos que compõem o racismo.

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias (ALMEIDA, 2019). O preconceito é aprendido quando ainda estamos passando pelo processo de socialização no interior da família, e nas entidades sociais tais como a igreja e a escola (SALLES; SILVA, 2008). O preconceito é entendido, pela análise do comportamento, como comportamentos culturalmente condicionados voltados a um grupo social ou indivíduo, que se relaciona a partir de atitudes, ou seja, que emitem respostas avaliativas emitidas de acordo com uma história prévia de aprendizagem (MIZAEL; ROSE, 2017).

Já a discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça (ALMEIDA, 2019). Nesse sentido, a discriminação refere-se ao nível de análise em que há a operacionalização do preconceito. Neste nível de análise, este não é somente um relato avaliativo acerca de alguém ou de algum grupo, vai além do vocabulário descritivo e avaliativo; é um comportamento público, observável contra um grupo ou uma pessoa (PEREIRA; VALA, 2010).

A discriminação é uma classe de comportamentos mais restrita que o preconceito, visto que ambos os conceitos dispõem de lógicas de funcionamento distintas. O preconceito pode ser um comportamento tanto privado como público. A discriminação se resume a comportamentos públicos, de modo que nem todo comportamento preconceituoso é discriminatório (CARVALHO, 2020.)

Esses fenômenos abrem espaços a diversas discussões; entre outras, o racismo reverso, que é definido por comportamentos de não aceitação de pessoas brancas em contextos de pessoas negras, porém esse conceito não se aplica uma vez que raça e racismo são conceitos relacionais, a condição de negro e de branco depende de circunstâncias históricas e políticas específicas. O chamado racismo reverso, na verdade, trata - se de um discurso racista de vitimização das minorias que se sentem prejudicados por perderem alguns privilégios (ALMEIDA, 2019). A deturpação do conceito e da vivência do racismo estabelece-se como uma pauta de destaque no combate dessa narrativa, é por esse ideário ultraconservador que o racismo reverso se estabelece socialmente, operando na estrutura das subjetividades dos sujeitos negros e não-negros (IANNI, 1996).

O racismo se consolida como um sistema de dominação social, utilizando o critério da raça social como elemento de distinção entre os sujeitos (BATISTA, 2018). Nessa perspectiva os não-negros nunca foram dominados, pelo contrário, o processo de colonização europeu aconteceu de forma distinta, a partir do desenvolvimento da escravização dos povos, criando filosofias que justificassem as violências contra os indivíduos, desmanchando territórios e desumanizando os sujeitos dentro de uma política institucionalizada de construção de uma nação pela exploração (D'OCA, 2017).

O racismo, segundo a concepção individualista, é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados. Sob este ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo. (ALMEIDA, 2019).

Sob a perspectiva da concepção institucional, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. Os parâmetros discriminatórios são baseados na raça, se tornando o domínio do racismo institucional, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder (ALMEIDA, 2019).

Na concepção estrutural, o racismo é tido como algo estruturado na nossa sociedade ao longo da história e por conta disso é visto como algo “normal” que já faz parte da vida das pessoas e do nosso meio, é a forma como naturalizamos tais atitudes parecendo legado pela tradição. Fazendo uma ponte com o racismo institucional e individual, as instituições são a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos.

O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2019). De tal ordem que os indivíduos inseridos e pertencentes a uma dada sociedade reproduzem suas formas de relações imbuídas de racismo e quando o sujeito/criança em formação é influenciada por toda essa estrutura tanto como produto, como produtor, moldada pelo olhar do outro e definindo seu próprio olhar para si e para o outro.

Quem eu sou? De quem eu sou? De onde sou?!!!

Como cada um se vê, vem muito de como foi vista, dita, tocada. A percepção de si e do outro sobre si, pode-se chamar esse olhar de autoimagem/identidade. O termo identidade é frequentemente associado à cultura. Uma vez que a identidade proporciona a compreensão das predileções do indivíduo, e seu pertencimento a determinado espaço ou local, no qual a cultura se faz presente, englobando várias simbologias, crenças e valores que trazem história. Cuche (2002) defende que “a cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas” (CUCHE, 2002, p.176). A sua formação receberia influência de fatores: a) intrapessoais, representados pelas capacidades inata e adquirida do indivíduo; b) interpessoais, representados pelas identificações culturais, retratados pelos valores sociais a que uma pessoa está exposta, tanto no âmbito global quanto comunitário.

Definida por Skinner (1953), descrito por Moreira et al (2017) como o conjunto das contingências sociais de um grupo, a cultura é tomada como parte constitutiva do comportamento dos seres humanos, uma vez que todo comportamento humano é visto como produto também de uma história cultural (ANDERY, 2011). Uma cultura é constituída de miríades de práticas culturais,

definidas como padrões de comportamento aprendidos que se reproduzem entre indivíduos e gerações de indivíduos (GLENN, 2001 apud Andery, 2011).

A cultura, no seu aparato concreto, é composta de padrões de comportamentos selecionados ao longo da história de uma dada coletividade com fins de sobrevivência e manutenção dos seus integrantes, como tal passa pela alimentação, vestimentas, expressões artísticas, enveredando pelas crenças, sejam religiosas ou relacionais, até os padrões ideológicos. Ao definir uma comunidade, identifica-se padrões culturais que definem a identidade daquele grupo social.

Hall (2012) cita que na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma característica ou origem em comum, que são partilhadas com grupos ou pessoas, com um mesmo ideal, criando assim um fechamento natural do grupo, formando a base de solidariedade e fidelidade ao grupo em questão. Todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, que permite situá-lo no conjunto social. Ela é incluída à medida que identifica o grupo cujos membros se assemelham sob certo ponto de vista. Neste sentido a identidade é entendida como uma fonte de significado e experiência de um povo.

A identidade social é também excludente, pois distingue os grupos sociais cujos membros são diferentes em certos aspectos. Nesta perspectiva, a identidade cultural realça a distinção nós/eles, baseada na diferença cultural (CUCHE, 2002). É preciso tentar compreender o fenômeno da identidade através das relações entre os grupos sociais, pois a identidade é algo que se constrói e se reconstrói de forma dinâmica no interior das trocas sociais.

Máximo (2012) fala que Tajfel (1981), define que o pertencimento do indivíduo em um grupo é atingido no processo de comparação social (conflitos sociais). Silva (2002) também afirma que é nas situações de conflitos sociais que essas questões acerca da construção da identidade ganham maior projeção. Assim, existiria uma tendência dos indivíduos a manter ou acentuar a autoestima pela valorização da identidade social.

Castells (2008, p. 24), compreendendo que a construção social da identidade ocorre em um contexto de poder, propõe três formas de distinção e origem de construção da identidade:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...];

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade[...];

Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 2008, p. 24)

A identidade que começa como resistência pode acabar em projetos, e ao tornar-se dominante passa a ser uma identidade legitimadora (CASTELLS, 2008, p. 24). Porém, cada processo de construção de identidade é um resultado distinto de cada constituição de sociedade, o homem então passa também a ser resultado do meio cultural em que foi socializado.

A identidade não é inata e pode ser entendida como uma forma sócio-histórica de individualidade. O contexto social fornece as condições para os mais variados modos e alternativas de identidade. O termo identidade pode, então, ser utilizado para expressar, de certa forma, uma singularidade construída na relação com outros homens.

Os acontecimentos da vida de cada pessoa geram sobre ela a formação de uma lenta imagem de si mesma, uma viva imagem que aos poucos se constrói ao longo de experiências de trocas com outros: a mãe, os pais, a família, a parentela, os amigos de infância e as sucessivas ampliações de outros círculos de outros: outros sujeitos investidos de seus sentimentos, outras pessoas investidas de seus nomes, posições e regras sociais de atuação (Brandão, 1990, p. 37).

Outra perspectiva afirma que o ser humano constrói a si mesmo em sua relação com o ambiente, alterando as variáveis externas a ele e sendo alterado por elas (MICHELETTO; SÉRIO, 1993). Nesse sentido, apesar de Skinner definir a inter-relação entre filogênese (espécie), ontogênese (genética) e cultura (ambiente), define que esse último atua com mais força na constituição dos comportamentos que definem as características individuais, o que leva a rejeitar a ideia de um self como entidade causadora de comportamentos.

O “eu” é um conjunto de respostas que costumam aparecer com maior frequência por causa de seu histórico de reforçamento³ e que possui uma certa relação entre si. Esses conjuntos são evocados diante de situações específicas ou ambientes específicos. Além disso, Skinner salienta a relação que a identidade tem com o auto-relato, e a capacidade de identificar e descrever o próprio comportamento, incluindo os eventos privados⁴ (MOREIRA et al., 2017).

O Ser Negro – A criança negra

Ao se falar de racismo, sua história e constituição, é inevitável remeter a construção do “Ser negro”, que o fluxo dos acontecimentos descritos acima, destituiu de qualquer valor, qualquer aparato de identidade, de conteúdo. Diante desses fatos e reprodução das ideologias excludentes as manifestações culturais, religiosas e a depreciação do fenótipo e comportamento do negro, constituir-se negro/a tornou-se um processo de resistência, a construção dessa identidade. Santiago (2015) afirma que ao longo do processo histórico foram elaborados discursos que posicionaram as

³ Trata - se de condições a que um organismo tem sido exposto e que afetam seu comportamento presente.

⁴ São comportamentos aos quais só a própria pessoa que os emite tem acesso.

crianças negras como indivíduos desprovidos da capacidade de produção de cultura, como “menores”, carentes, sujus, marcando suas identidades como racialmente inferiores.

Quando tratamos das crianças negras é importante levar em consideração um aspecto chamado de “dimensão corporal”, ou seja, é a forma como as crianças negras, pretas e pardas, com pele mais clara, pele mais escura, cabelo crespo, cabelo cacheado se percebem e percebem seus pares. Nesse contexto, o ideário racista atua como um mecanismo construtor de imagens distorcidas da historicidade e da cultura negra, fazendo com que alguns meninos e as meninas negros e negras desejem serem brancos, ter cabelo liso, rejeitando os elementos que os singularizam. Frequentemente essas infâncias são violentadas e destituídas de sua negritude, criando-se a necessidade de processos reiterativos que apaguem o seu pertencimento étnico-racial e as tornem sujeitos desejanter de uma cultura eurocêntrica imposta pelo racismo (SANTIAGO, 2019).

As identidades são definidas por Manuel Castells como fonte de sentido e experiência para as pessoas e como processos de construção de sentidos que atendem a conjuntos relacionados de atributos culturais priorizados sobre o resto das fontes de sentido (CASTELLS, 2000). A partir de marcos que se apoiam no multiculturalismo e defendem os direitos às diferenças, uma variedade muito ampla de identidades passa a ser afirmada ou clama por ser nomeada e reconhecida. As identidades são concebidas hoje de modo bem mais flexível, plural, e não de modo fixo ou pré-determinado.

O racismo provoca efeitos psicossociais de longa duração sobre os indivíduos, bloqueiam os mecanismos de identificação e mediação psíquica, fundamentais nos indivíduos. No caso das crianças, ao encontrar um ambiente adverso, que a rejeite, seja de que forma for, a criança que não está munida de defesas para enfrentamento desta nova situação, tende a retrair-se, e no caso das questões da aparência (cor da pele, tipo de cabelo, formato do nariz, corpo), pode desenvolver uma resposta de aversão a si mesma, pois estabelece um conflito com ela mesma, com seu corpo (FIABANI, 2020).

Fiabani (2020) afirma que a criança está em processo de formação da identidade, ainda em processo de conhecer seu corpo, espaço, origem, diante da rejeição a sua condição de ser negra, ela tem como uma das primeiras reações negar a si mesma, negar a identidade e, conseqüentemente, buscar uma identidade que seja aceita pelo outro, que lhe traga conseqüências reforçadoras, e a mais comum delas é negar sua negritude, “tornando-se branca”.

Um aspecto exposto pelo autor acima é que o racismo gera muito sofrimento, com ações que promovem constrangimento social, cultural, psicológico e pode resultar em atos violentos (físicos e psíquicos) que podem produzir níveis agudos de adoecimentos (FIABANI, 2020). Como estratégia de proteção, muitos sujeitos da cor negra bloqueiam sua percepção as ações racistas dirigidas a sua

pessoa, como também podem se tornar reprodutores dessas ações à outro/as negro/as, como estratégia de distanciar-se do sofrimento causado pelo racismo, do sofrimento causado pelo fato de ser negro. Afastar-se do sofrimento ético político. Mas sobretudo é reproduzir um comportamento aprendido em função da estrutura social racista.

Segundo a pesquisa realizada por Cruz e Silva (2012), com crianças do ensino fundamental de uma escola pública da periferia de Porto Alegre-RG, problematizou as representações da boneca Barbie na cultura infantil, do que é tido como belo para as crianças e práticas discursivas no que se refere ao conceito de diversidade cultural. Para cumprir este objetivo reuniu-se uma coleção de Barbies diferentes das ofertadas pela escola: negras, cadeirantes, idosas, grávidas, entre outras, que foram incluídas em suas brincadeiras. O método de pesquisa qualitativa, utilizado por esta pesquisa foi o grupo focal, em um dos encontros as crianças teriam que classificar as “Barbies mais bonitas”. A maioria das crianças escolheram as Barbies loiras que representam corpos marcados pelas “verdades” difundidas nos séculos XX e XXI, ensinando sobre um corpo de mulher idealizado: branco, magro, alto, com seios fartos e longos cabelos loiros e lisos.

Quanto à classificação das “Barbies feias” realizado em segundo encontro, as crianças reproduziram discursos de discriminação racial, religiosa, gênero, etnia e geração. Os cabelos foram tomados como marcadores de normalidade, em que o branco e o liso se sobrepõem ao negro e crespo. Algumas falas que demonstram a impressão das crianças sobre os corpos negros: “Essa boneca não é bonita. O cabelo é curto e meio redondo.” (Menino de 6 anos), “É feia, porque tem cabelo curto e crespo” (Menina de 7 anos), “Eu não gostei do vestido dela. Tem essa coisa na frente e o cabelo é feio”. (Menina de 7 anos) (CRUZ; SILVA, 2012).

Isso faz pensar o quanto elas estão expostas a bonecas que representam apenas um tipo físico de estética isso pode contribuir para atitudes preconceituosas em relação à pele negra e para a valorização extrema da pele branca (VANZUITA, 2010). Isto vale, não apenas, para as bonecas que lhes são apresentadas, mas também personagens de histórias infantis, príncipes e princesas, atrizes e atores etc. Além da valorização da cor da pele, também a valorização dos traços finos do rosto e cabelos. Condiz não apenas por identificação, mas, são, sobretudo, capturadas por uma identificação imposta pela cultura que as aprisiona aos marcadores de moda e beleza (DORNELLES; MARQUES, 2015).

Existem um conjunto de características físicas e/ou comportamentais nomeadas como “raça”, “cor” ou “etnia” que impactam diariamente na maior parte da população (LUZIA et al., 2019). Dessa forma, a maneira como as pessoas enfrentam esse desafio e lidam com a dimensão racial, afigura-se como elemento importante na formação da identidade das crianças pequenas.

Alguns estudos brasileiros têm tentado evidenciar empiricamente que as relações entre raças são aprendidas e podem ser alteradas a depender das contingências em vigor. Mesmo assim, ainda é evidente a escassez de estudos teóricos, experimentais e, principalmente, aplicados sobre relações raciais por analistas do comportamento no país. As pesquisas com foco nas populações negras e a situação de exclusão social, educacional, política em decorrência da cor da pele são recentes, apesar disso, vários dados epidemiológicos e sociais, por si só, já explicitam as condições precárias em que a maioria dos negro/as vivem no Brasil.

Silva Jr. (2011) aponta que esse processo de formação da identidade, tão fundamental na experiência humana, quase não é abordado pelos estudiosos das relações raciais, na primeira infância, época do nascedouro do pensamento e da identidade racial. No entanto, entendendo identidade como processo contínuo e mutável, esse aprendizado pode ser modificado, tanto para as crianças brancas quanto para as negras, levando-as a outros estágios de interação humana, que possibilitem, no futuro, mais dignidade e respeito nas relações raciais.

A identidade racial deve ter parâmetros dentro dos grupos em que a criança circula; família, escola, comunidade, e aqueles que não agregam tais padrões podem sofrer algum estranhamento, um sentimento de não pertencimento, além discriminando-os, a depender do quão valorizada ou não é tal padrão de referência. Desse modo, ao se definir a existência de padrões diferenciados dirigidos as raças, com distinções permeadas por valores e crenças que determinam raças como inferior e incapaz, com respostas envoltas em práticas discriminatórias e excludentes, o racismo estrutural, o sujeito, no caso a criança, pode ter a resposta de evitar, ver-se como pertencente a raça dominante, sendo mais reforçadora.

Essa estrutura constrói um repertório verbal selecionado para ensinar e reproduzir as práticas discriminatórias para todos os sujeitos que a compõem, perpetuando e “contaminando” todas as relações entre seus integrantes (FANON, 2020). O racismo leva a reprodução de associações entre características físicas do homem negro e termos⁵ pejorativos, construindo uma identidade cultural/estrutural da raça negra, definida com todas as determinações “naturais” a comportamentos inadequados e desadaptados. O ser em formação recebe essas práticas como aversivas e pode tender a se aproximar das práticas reforçadoras (valorizadas), que, a depender das contingências presentes nos demais contextos, podem promover o distanciamento ou aproximação do “Ser negro”.

Fanon (2020) descreve em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, um dos mecanismos de manutenção da relação colonial como sendo a indústria cultural. Por exemplo, uma história de

⁵ São respostas verbais controladas por estímulos discriminativos não verbais

quadrinhos em que o herói é branco e o vilão negro ou de uma outra etnia. Diante de um processo de modelação o sujeito colonizado tenta se afastar de todas as definições reproduzidas e ensinadas sobre a raça negra, e em sendo o sujeito negro, absorve e mantém, fortalecendo o comportamento discriminatório entre pessoas da raça negra. Em algum sentido, o reforço social passa a constituir uma identidade que possa lhe aproximar daquele que é privilegiado, “o branco”, buscando se destituir daquilo que o caracterize na condição de negro. Nesse processo de definição da identidade, os sujeitos compõem seu arsenal comportamental com tudo aquilo que o legitimem a raça dominante, aprender seu idioma, seu jeito de vestir, alisar o cabelo e passar por processos que vão lhe aproximar das características físicas do branco, visando nesse processo se aproximar cada vez mais dele e ser reconhecido como um igual (THIBES, 2021)

Os reforçadores sociais existem como estratégia de manutenção do status de um grupo, em se pretendendo acessar tais reforçadores sociais, entre os quais pertencer a determinado grupo, será imprescindível possuir características que aproximem do grupo de atração, para ser aceito em um grupo como um igual. A pessoa negra é sujeito dessa mesma lógica, em que o acesso aos reforçadores sociais são legitimados por determinadas características, entre as quais a pele clara e cabelo liso. Esse fenômeno coloca o/a negro/a submetido aos reforços que legitimam o “ser branco” como identidade “aprovada”, quanto mais próximo dela (THIBES, 2021).

Assim, os comportamentos reforçados socialmente, que podem aproximar a criança negra da perspectiva de ser incluída e aceita, é a branquitude, sendo a emissão de respostas de contracontrole, o que seria uma forma de resistência, por si só torna-se aversiva, não somente pelas respostas/consequências punitivas presentes no contexto, como também e especialmente, pela inexistência de modelos comportamentais. Lhe faltam mecanismos para emitir respostas comuns decorrentes de um processo de punição, perante as experiências de racismo que tendem a comportamentos de esquivar a situações que explicitem a condição de ser negra. (THIBES, 2021).

Pensando no contexto em que as pessoas negras estão inseridas, existem várias implicações do seu cotidiano que podem interferir nesse processo identitário. A complexidade do ser negro em uma sociedade em que a pele negra foi historicamente associada a condição de pobreza, marginalidade, incapacidade, inferioridade, incompetência, inadequação torna a construção da identidade racial, dos negros e negras, bastante aversivo aos sujeitos de cor negra. O desafio denominado “o processo de tornar-se negro”, e a criança em construção de identidade deverá vivenciar essa ambiguidade constatemente (SOUSA, 1983).

Battistela (2009) compreende que um indivíduo aprende, constrói e representa sua identidade desde o nascimento, pois ele nasce em uma família, ou em uma comunidade social (já em andamento), constituída de valores, crenças e visões de mundo. O indivíduo não vive somente

em um espaço de sociabilização, inter cruzam muitos espaços, permeados de valores e ideologias; família, estudos, trabalho, comunidade, igreja, terreiros. Ele está sujeito a encontrar-se em diversos espaços, reforçando a fluidez de determinado processo de identificação, denotando ao mesmo uma necessidade de pertencimento que o legitime e o identifique, e caracterize. Esse processo de não pertencimento gera uma crise de identificação, sendo necessário uma nova reformulação ou questionamento de sua identidade (JUNIOR; PERUCELLI, 2019).

Segundo Ferreira (2000), a construção da identidade, trata-se de uma categoria social e política, referente a uma experiência pessoal. Experiência essa, da qual o indivíduo se auto reconhece e se constitui, estando em constante transformação e construída a partir das relações que ele estabelece consigo mesmo, com o outro e com o ambiente à sua volta. E em se dirigindo a criança, esse processo está em constante recompor, reformular, selecionando as contingências de reforço que a puxam a se sentir pertencente, acolhida.

Saber-se negra pode ser viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas, tornando-se aversiva. Sendo necessário encontrar diversos espaços de acolhimento para que as situações aversivas vividas nas práticas racistas sejam neutralizadas. Aspecto que pode tornar um equilíbrio de forças, aversão/reforço e gerar uma experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1990).

Uma criança que cresce em ambiente hostil, sobretudo racista, vai ter dificuldades em interagir de forma natural, sem amarras. Ela poderá se sentir sufocada. A criança negra sofre com o racismo, e toda a sociedade tende a perder com isso. Ao presenciar um ato racista, discriminatório, a criança branca é levada a cristalizar um sentimento de superioridade. Segundo a educadora Eliane Cavalleiro (2015), ao observar a relação diária de crianças de quatro a seis anos, identificou que as crianças negras já apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem. Em contrapartida, a pesquisadora constatou que "as crianças brancas revelam um sentimento de superioridade, assumindo em diversas situações atitudes preconceituosas e discriminatórias, xingando e ofendendo as crianças negras, atribuindo caráter negativo à cor da pele" (CAVALLEIRO, 2015, p. 10).

Para compreender esse comportamento nas crianças, é preciso entender a trama de relações sociais em que estas estão inseridas. Seu comportamento tem origem no controle externo exercido pela sociedade e também, pelo autocontrole impregnado em cada indivíduo que o diferencia do outro (ELIAS, 2000). Uma criança, ao estigmatizar a outra, se coloca no centro do poder. Sua estratégia é rotular a outra, diferente em seu fenótipo, como inferior para, desta forma, manter a superioridade social, e é reforçada pelos adultos à sua volta. Assim, a criança estigmatizada pode

construir uma auto imagem inferiorizada. É necessário tratar as diferenças como um aspecto da nossa cultura que possibilita uma experiência única de conhecimento diverso e respeito ao outro.

Ao longo do tempo, sofrendo a inferioridade, estas crianças negras vão criando feridas que são difíceis de sanar e até acreditam que é mesmo “tudo o que não presta”. Assim, é possível que uma criança que sempre foi estigmatizada, incorpore a inferioridade. Esta criança cresce percebendo e “sentindo na pele” o processo civilizador imposto a situação vivida pelo seu povo através do tratamento que lhe é dado, seja pela família, vizinhos, colegas, professores, polícia, etc (REIS, 2009).

Reflexões finais

Ao escrever sobre as questões que atravessam a formação da cultura racista brasileira, é imprescindível atentar como essas carimbam toda a população com as marcas histórica da escravidão. Marcas que traçam as relações raciais entre brancos, pardos e pretos em cada espaço da sociedade. O racismo construído no correr dos séculos, com a exploração de uma raça pela outra, abriu uma ferida que tem sido “herdada” gerações após gerações, formando a identidade nacional, e definindo identidades coletivas e individuais.

Todos, indiscriminadamente, estão sob efeito da cultura, a nível macro e micro, e conseqüentemente sob a égide da ideia de si a partir do olhar do outro, seja um outro próximo ou o idealizado que traz as marcas dos valores que definem o outro próximo e ao sujeito em formação. A criança vivencia a cultura e seus valores e normas, pelo olhar, pela fala, pelo tato, daqueles que a cercam na família, na escola, na comunidade. E esses estratos estão permeados da cultura racista que serve de base à sociedade, mostrando sua face nas estruturas ideológicas que cruzam todas as relações.

E entre os processos de exclusão e discriminação que permeiam essas relações, o mais gritante é o dirigido a raça, em especial a raça negra. Os povos negros, descendentes do continente africano, que tiveram seus ancestrais escravizados permanecem em processo de desumanização e violência, reproduzidas em reforços sociais cujas crenças e valores desfavorecem os povos negros. Não há como estar alheio a sua presença, pois o racismo passa, então, a ser decorrente da própria estrutura social, com a definição de comportamentos individuais e processos institucionais derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2019).

Assim, o repertório comportamental de crianças passa a ser moldado em função do meio em que estão inseridas. Inicialmente, as crianças fazem parte, principalmente, da família e da escola, e essas instituições sociais são parte da sociedade, e portanto, recheadas de sua ideologia. A partir do momento em que pais e professores se apresentam como modelos, quando se comportam de forma

discriminatória e violenta na interação com o outro, cujo destaque é o tom da pele, dará sinais aos infantis que esse é uma característica “inadequada”, o que pode levar a necessidade de afastar-se de tal.

Pais e professores são sujeitos da cultura, da estrutura, e como tal a reproduzem, por isso devem estar sempre atentos a suas formas de agir no mundo, e atuar com base na responsividade, que são pessoas que dialogam com as crianças, buscar reforçar comportamentos a fortalecer e não reforçar aqueles os quais devem enfraquecer (COSTA; TEIXEIRA; GOMES, 2000). Mas para tanto têm que aperceber-se parte dessa estrutura social excludente.

Um dos pressupostos destacados pelos estudos em tese é que a definição da identidade passa pela imitação/modelação como uma estratégia da criança experimentar os significados dos comportamentos adaptativos ou não, reconstruindo-as internamente, importante para o desenvolvimento pessoal e o surgimento da sua identidade (SOUZA et al, 2007). Contudo, um dos principais limites aos estudos sobre a formação da identidade dos indivíduos é que essa é atravessada por uma infinidade de contingências, desde as questões psicoafetivas basilares das relações familiares, até as questões ideológicas que escamoteiam a sociedade, os meios de comunicações e as mídias sociais.

Uma exemplo é o cotidiano escolar das crianças, em que a forma como a criança é vista e tratada pelo professor, pelos colegas e outros funcionários da instituição, tendem a influenciar na construção do seu autoconceito, pois é modelo para todas as crianças, mas ali também estão as relações das crianças com seus pais, familiares, desses pais com seus espaços de trabalho, dos conteúdos midiáticos dirigidos a todos esses atores sociais e como cada criança responde a cada ação que vem do meio interno e externo (SOUZA et al, 2007).

De modo que o estudo da variável “racismo” está inserido nesse universo, e se é “camuflado”, descolado da realidade, aí então, marca, mas não é destacado, refletido, de modo que a criança que vivencia situações racistas, direta ou indiretamente, tem impactada na sua autoimagem o reconhecimento da identidade racial negra, como negativa, e pode tentar se descolar dela, sem, muitas vezes, identificar os padrões que promoveram esse distanciamento (SCHOLZ et al, 2014).

Portanto, as nuances que perpassam a manutenção da estrutura racista estão também e principalmente, em meio a não definição e identificação das muitas situações racistas, diluindo suas manifestações e desvalorizando os movimentos de resistência e conscientização. Então é importantíssima a produção de estudos que reflitam e disseminem a discussão em torno da temática do racismo a fim de colocá-lo em evidência, em cheque. E para além dos estudos, construir espaços de diálogo com a família e a escola, como principais espaços de socialização e aprendizagem dos

sujeitos, em especial na infância e adolescência, é o espaço de contato com o micro espaço ideológico social. De modo que, a educação nos espaços escolares possa ser entendida como ato político, com potencial de pensar e transformar as relações de interdependências estabelecidas entre as pessoas. Destacar a educação como ato político é perceber que não há neutralidade diante das relações de interdependências que se estabelece na sociedade, há sempre uma ideologia que permeia o processo de construção do saber.

Ciente desse aspecto ideológico, como aponta Silva Jr. (2011), o anexo do Plano Nacional de Educação acentua que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional e da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, cooperação, solidariedade e responsabilidade. Visto que o racismo se materializa nas instituições que as crianças frequentam; a família, a escola, comunidade, espaços culturais, entre outras. O racismo reproduzido por essas instituições pode, em menor ou maior grau, modelar, sustentar, determinar e transformar as relações intersubjetivas desses sujeitos, onde os mesmos podem, em algum nível, consentir aquelas modalidades de dominação ou ao contrário, confrontá-las.

Diante desse fato, a construção da identidade da criança negra, na educação infantil, necessita antes de tudo de compromissos que despertem as sensibilidades, provoquem reflexões e mudanças de práticas, implicando o [...] “respeito à sua cultura, corporeidade, estética e presença no mundo [...]” (CAVALLEIRO, 1998). Compromissos estes que vão além dos muros da escola. É preciso evidenciar que o racismo é uma violência moral e psicológica, a qual segundo a psicóloga Grada Kilomba (2019) produz um trauma expresso no corpo dos sujeitos, ou seja, um evento desumanizante que não tem palavras adequadas ou símbolos que possam mensurar. Então, o sofrimento é escrito no corpo, através do processo de somatização. Em decorrência disso, o sujeito negro tenta curar o corpo presente, afinando o nariz, alisando o cabelo, clareando a pele.

É necessário que mais pesquisas sejam realizadas, que múltiplas áreas de conhecimento possam discutir sobre esse tema, que juntos possamos criar condições para que as crianças negras tenham seus direitos culturais assegurados, direito a ter um lápis de cor da sua cor; direito de histórias que tenham príncipes, princesas e heróis negros; direito de ser personagem do filme ou da peça de teatro da escola; direito de ter bonecas e bonecos negros disponíveis nos brinquedos da escola; direito de usar seus cabelos crespos soltos e longos; direito de manifestar sua religião de matriz africana; enfim, o direito a poder se identificar nas histórias infantis, nos cantos, nos painéis, nos filmes, nos desenhos, nas novelas, na vida (DORNELLES; MARQUES, 2015).

É necessário que a nossa sociedade se transforme em um ambiente mais acolhedor para as pessoas negras e que enquanto crianças, elas possam sentir ou perceber que o olhar do outro desprovido de julgamentos ligados a estereótipos negativos, lhe permita ter uma autoimagem positiva que lhe faça sentir orgulho de ser quem é e desse modo fortaleça a sua identidade em construção. Qua a sociedade possa ao reconhecer o valor do povo negro e a sua importância na formação da nação, permitir que a criança possa tornar-se negra pela beleza de ser quem é.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural / Sílvio Luiz de Almeida*. -- São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. Disponível em: [file:///home/chronos/u-a20c225270b23964fa2fce88f520e5f35ac449e9/MyFiles/Downloads/Racismo o%20estrutural%20\(Feminismos%20-%20Sílvio%20Luiz%20de%20Almeida%20\(1\).pdf](file:///home/chronos/u-a20c225270b23964fa2fce88f520e5f35ac449e9/MyFiles/Downloads/Racismo%20estrutural%20(Feminismos%20-%20Sílvio%20Luiz%20de%20Almeida%20(1).pdf). Acesso em: 09 de Fevereiro, 2022.

ANDERY, Maria Amalia. *Comportamento e cultura na perspectiva da análise do comportamento*. Revista Perspectivas, 2011 vol. 02. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pac/v2n2/v2n2a06.pdf>. Acesso em: 09 de Fevereiro, 2022.

BATISTA, Waleska Miguel. *A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural*. Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 2581-2589, out. 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/azp0Vgf>. Acesso em: 15 de dezembro, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1990. Disponível em: https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2017/03/identidade_etnia.pdf. Acesso em: 21 de janeiro, 2022.

BRASIL. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais*. Brasília: Secad, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 04 de abril, 2022.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 992 de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 2009 mai 14; Seção 1:31. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html. Acesso em: 04 de abril, 2022.

CARVALHO, Leticia Resende de. *Preconceitos pela perspectiva comportamental um estudo da correspondência dizer-fazer*. 2020. Monografia (Graduação em psicologia) - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. 2020. Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14714/1/Mono%20-%20preconceitos%20pela%20perspectiva%20comportamental%2021.12.20%20-%20Let%C3%ADcia.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. In: *A Sociedade em rede*. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1. Disponível em: <https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.files.wordpress.com/2014/10/castells-m-a-sociedade-e-m-rede.pdf>. Acesso em: 21 de janeiro, 2022.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 9ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. Disponível em: <https://tonaniblog.files.wordpress.com/2019/05/o-poder-da-identidade.pdf>. Acesso em: 09 de fevereiro, 2022.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/x1se5se>. Acesso em: 09 jun. 2022.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 6. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/2000>. Acesso em: 22 de fevereiro, 2022.

CHIAVENATTO, Júlio José. *O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os*. Brasília: CFP, 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf. Acesso em: 12 de maio, 2022.

CRUZ, Michelle Brugnera e SILVA, Thaise da. *Barbie diversidade: o discurso multicultural da boneca na perspectiva das crianças*. Constr. psicopedag. [online]. 2012, vol.20, n.20, pp. 91-113. ISSN 1415-6954. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v20n20/09.pdf> Acesso em: 31 de maio de 2022.

CUCHE, Denys. *A noção de Cultura nas Ciências Sociais*. São Paulo, EDUSC, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/4727173/A_No%C3%A7%C3%A3o_de_Cultura_nas_Ci%C3%AAncias_Sociais_CUCHE. Acesso em: 22 de janeiro, 2022.

DAFLON, Verônica Toste; CARVALHAES, Flávio, JUNIOR, João Feres. *Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil*. Revista de Ciências Sociais 60 (2) • Apr-Jun 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582017121> . Acesso em: 25 de maio de 2022.

PORTO, N.; FUKS, M.; MUNIZ, J. O. *Nem tão preto e branco: explicando as atitudes dos pardos no brasil*. ANPOCS, 2016. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st06-8/10186-nem- tao-preto-e-branco-explicando-as-atitudes-dos-pardos-no-brasil/file>. Acesso em: 5 de abril, 2022.

D'OCA, Fernando Rodrigues Montes. *Tráfico de Escravos e Consciência Moral: O Pensamento Antiescravista de Epifânio de Moirans*. Dissertatio, v. 46, p. 130-172, 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/4zyWrDh>. Acesso em: 10 de janeiro, 2022.

DORNELLES, Leni Vieira; MARQUES, Circe Mara. *Pedagogias da racialidade: modos de se constituir crianças negras em escolas de educação infantil no Brasil*. Propuesta Educativa, Ano 24, N. 43, págs. 113 a 122, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=403041714011>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1994a. 1 v. _____. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade. RJ: Jorge Zahar. Ed., 2000. Disponível em: <http://noosfero.ucsal.br/articles/0010/5204/elias-norbert-os-estabelecidos-e-os-outsiders-.pdf>. Acesso em: 12 de maio, 2022.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas* (Portuguese Edition). Ubu Editora, 2020. Disponível em: https://www.ubueditora.com.br/pub/media/productattachment/u/b/ubu-pele_negra-trecho_site-01.pdf. Acesso em: 02 de abril, 2022.

FIABANI, A.; Tainá. *A dor do inocente: implicações do racismo para a criança negra*. Revista Em Favor de Igualdade Racial, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 04–19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/4177>. Acesso em: 9 jun. 2022.

FERREIRA, Ricardo Frankllin; CAMARGO, Amilton Carlos. *As relações cotidianas e a construção da identidade negra*. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 31: 374-389, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200013>. Acesso em: 22 de fevereiro, 2022.

FRANÇA, Dalila Xavier; MONTEIRO, Maria Benedicta. *Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de cinco a dez anos*. Psicologia, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 293–323, 2002. DOI: 10.17575/rpsicol.v16i2.482. Disponível em: <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/482>. Acesso em: 6 jun, 2022.

GOMES, N. L. *Educação do cidadão, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade*. In: CAVALLEIRO, E. (org). *Racismo e anti-racismo na educação*. Selo Negro, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://sites.unifoa.edu.br/downloads/e-book-BAGAI-Racismo-Antirracismo.pdf>. Acesso em: 22 de fevereiro, 2022.

IANNI, Octavio. *A racialização do mundo*. Tempo Social, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, v. 8, nº 1, p. 1-23, maio/1996. Disponível em: <https://cutt.ly/Vzp0QiT>. Acesso em: 02 de dezembro, 2021.

JUNIOR, Miguel Archanjo de Freitas; PERUCELLI, Tatiane. *Cultura e identidade: compreendendo o processo de construção/desconstrução do conceito de identidade cultural*. Cadernos de estudos culturais. Campo Grande, MS, v. 2, p. 111-133, jul./dez. 2019

KILOMBA, Grada, 1968. *Memórias da plantação- Episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. -1. ed. Cobogó, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br>. Acesso em: 02 de junho, 2022.

LUZIA, Josiane Cecília. *Psicologia e análise do comportamento* [livro eletrônico] : pesquisa e intervenção. – Londrina: UEL, 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2019/02/Psicologia-e-Analise-do-Comportamento-Interven%C3%A7%C3%A3o-e-Pesquisa-2019.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro, 2022.

MAXIMO, Thaís Augusta Cunha de Oliveira et al. *Processos de identidade social e exclusão racial na infância da solidão*. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 507-526, dez. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682012000300011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 jun. 2022. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2012v18n3p507>.

MICHELETTO, Nilza; SERIO, Tereza Maria de Azevedo Pires. *Homem: objeto ou sujeito para skinner?*. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 11-21, ago. 1993. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 junho, 2022.

MIZAEL, T. M., ; de ROSE, J. C. *Análise do comportamento e preconceito racial: Possibilidades de interpretação e desafios*. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de 65 Análisis de Comportamento*, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/61632>. Acesso em: 09 de abril, 2022.

MOREIRA, Adilson José. *O que é discriminação?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5556995/mod_resource/content/1/O%20que%20e%CC%81%20discriminac%CC%A7a%CC%83o%20%281%29.pdf. Acesso em: 24 de novembro, 2021

MOREIRA, F. R.; SILVA, E. F. da; LIMA, G. de O.; ASSAZ, D. A.; OSHIRO, C. K. B.; MEYER, S. B. *Comparação entre os conceitos de self na FAP, na ACT e na obra de Skinner*. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 220–237, 2017. DOI: 10.31505/rbtcc.v19i3.1064. Disponível em: <https://rbtcc.webhostusp.sti.usp.br/index.php/RBTCC/article/view/1064>. Acesso em: 6 jun. 2022.

NETO, J. M. B. *Racismo, racismos: ainda há muito que dizer*. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 59, 2019. DOI: 10.9771/aa.v0i59.35593. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/35593>. Acesso em: 8 junho, 2022.

PEREIRA, C. R.; VALA, J. *Do preconceito à discriminação justificada*. In-Mind_Português, 2010, Vol.1, N.º 2-3, 1-13. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8934/1/ICs_CRPereira_JVala_Preconceito_ARN.pdf. Acesso em: 07 de janeiro, 2022.

PINTO, Márcia Cristina Costa e FERREIRA, Ricardo Franklin. *Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra*. *Pesqui. prá. psicossociais* [online]. 2014, vol.9, n.2, pp. 257-266. ISSN 1809-8908. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v9n2/11.pdf>. Acesso em: 24 de novembro, 2021.

REIS, Maria da Conceição dos. *O processo civilizador na construção da identidade da criança negra*. Recife. 2009. Disponível em: https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Reis2.pdf. Acesso em 12 de maio, 2022.

SALLES, L. M. F., & Silva, J. M. A. P. E. *Diferenças, preconceitos e violência no âmbito escolar: algumas reflexões*. *Cadernos de Educação*, 1(30), 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1768>. Acesso em: 22 de março, 2022.

SANTIAGO, Flávio. *Hierarquização e racialização das crianças negras na educação infantil*. Leitura: Teoria & Prática, Campinas, São Paulo, v.33, n.64, p.31-47, 2015. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/16568/1/Artigo%20Final%20Publica%C3%A7%C3%A3o%20C%C3%A1ssio%20Mendes%20PDF-A.pdf>. Acesso em: 23 de março, 2022.

SANTOS, Gevanilda. *Relações raciais e desigualdade no Brasil*. São Paulo: **Selo Negro**, 2009 Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=BwFM1yX85QEC&oi=fnd&pg=PP8&ots=KIQM0sstmM&sig=jLb0YLx-yji0yonUllg2zV5gVjQ&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 01 de fevereiro, 2022.

SCHOLZ DCS, Silveira MICM, Silveira PR. *As práticas racistas no espaço escolar: a influência na saúde mental das crianças negras*. Identidade! [Internet]. 2014. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/identidade>. Acesso em: 16 de fevereiro, 2022.

SILVA, Ana Cecília. *Superando o racismo na escola*. In: MUNANGA, Kabengele (org.). 2 ed. A desconstrução da discriminação no livro didático. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.23. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 24 de novembro, 2021.

SILVA, Maria Aparecida. *Formação de educadores/as pra o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial*. In: *Racismo e anti-racismo na educação– repensando nossa escola* / Eliane Cavalleiro (orgs.) São Paulo: Selo Negro, 2001. Disponível em: <https://prezi.com/p/ukjds2aalrlo/formacao-de-educadores-as-para-o-combate-ao-racismo-mais-uma-tarefa-essencial/>. Acesso em: 08 de fevereiro, 2022.

SOUSA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Neusa_Santos_Souza_-_Tornar-se_Negro.pdf?1599239573. Acesso em: 03 de fevereiro, 2022.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003. Disponível em: <https://searchworks.stanford.edu/view/5573203>. Acesso em: 25 de maio, 2022.

THIBES, Wueslle. *Descolonizando a identidade sob uma perspectiva analítico comportamental*. Portal Comporte-se. 2021. Disponível em: <https://comportese.com/2021/02/10/decolonizando-a-identidade-sob-uma-perspectiva-analitico-comportamental/>. Acesso em: 10 de maio, 2022.

VANZUITA, Simone. *O que “dizem” as crianças no contexto das políticas de ações afirmativas?*. Trabalho apresentado no GT-21- Educação e Relações Étnico-Raciais. Anais da 37a Reunião Científica da ANPEd. Florianópolis, outubro de 2010. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-4452.pdf> Acesso em: 31 de maio de 2022.

VIEIRA, Sâmela; NASCIMENTO, I. O. do. *Entrecruzamentos de gênero e raça nas trajetórias de vida de mulheres pretas trabalhadoras de uma universidade pública*. Transversalidades do Feminino. Ana Lucia Barreto da Fonseca e Lucivanda Cavalcante Borges (Orgs.) Curitiba- PR: CRV, 2020, p. 95-118.

WEDDERBURN, Carlos Moore. *O racismo através da história: da antiguidade à modernidade*. 2007. Disponível em: [https:// www.ammapsique.org.br](https://www.ammapsique.org.br). Acesso em: 15 de março, 2022.